

GRAMSCI ONLINE? POR UMA TRADUÇÃO GRAMSCIANA DA CIBERSEGURANÇA¹

Friedrich Maier²

Resumo: As tecnologias de comunicação influenciam o campo de estudo das Relações Internacionais, ao criar um novo ambiente de ação: o ciberespaço. Dentre os novos debates entorno desse ambiente, destacamos aquele centrado na cibersegurança. Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo refletir sobre a possibilidade de uma tradução gramsciana da cibersegurança. Nossa hipótese afirma a potencialidade das categorias presentes no trabalho de Gramsci para o trato dessas questões reconhecendo, para tal, a necessidade de um rigor metodológico e a reflexão sobre a própria ferramenta deixada por Gramsci de “tradução”.

Palavras chave: Ciberespaço. Gramsci. Desenvolvimento Desigual e Combinado.

Abstract: Communication technologies influences the field of International Relations, creating a new environment of action: cyberspace. Among the new debates surrounding cyberspace, we highlight the one centered on cybersecurity. In this sense, the paper aims to reflect on the possibility of a Gramsci translation of cybersecurity. Our hypothesis affirms the potentiality of the categories present in Gramsci's work to deal with these issues, recognizing the need for methodological rigor and reflection on Gramsci's own "translation" tool.

Keywords: Cyberspace. Gramsci. Uneven and Combined Development

INTRODUÇÃO

Os desenvolvimentos tecnológicos das décadas finais do século XX culminaram no processo de formação de um “novo ambiente de sociabilidade humana”, o ciberespaço, apto a ser pesquisado pelas Ciências Sociais (Guimarães Jr, 2000). Apesar da escassez de literatura dentro da área, observamos alguns desenvolvimentos recentes que procuram apreender as relações internacionais dentro desse novíssimo ambiente. Todavia, tais refletem apreensões do *mainstream* teórico da disciplina – realismo e liberalismo – que em nossa perspectiva apresentam certos problemas em relação ao novo panorama engendrado pelo ciberespaço.

Desse modo, pretendemos demonstrar, ainda de forma propositiva, um contraponto crítico a tais visões. Utilizamos para tal do referencial teórico encontrado em Antonio Gramsci, a partir de desenvolvimentos recentes na literatura cuja apreensão das categorias gramscianas se dá em conjunto com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado (DDC).

Nossa hipótese aponta a potencialidade de mirar o ciberespaço e as questões de cibersegurança a partir desse referencial, atentando para questões perdidas de vista pelas teorias tradicionais, tais como a existência de temporalidades diversas conectadas pela rede global (em oposição à metáfora da “aldeia global”, homogeneizadora); a relação entre “nacional” e “internacional” e a relação entre “Estado” e “sociedade civil”.

Assim, na primeira seção apontamos uma definição e as perspectivas teóricas de Relações Internacionais (RRII) sobre o ciberespaço. A segunda e terceira seção versam sobre o referencial teórico da

¹ Artigo desenvolvido a partir do trabalho apresentado no “Colóquio Internacional Antonio Gramsci” realizado na Unicamp entre os dias 22 à 25 de agosto de 2017.

² Graduação em Relações Internacionais e Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - UNESP (FFC-Marília). Orientador: Prof. Dr. Rodrigo D. F. dos Passos. Contato: fmaier250@gmail.com

pesquisa, abordando as categorias gramscianas e a teoria do DDC respectivamente. Ao final, a seção de conclusões traz algumas considerações parciais e possibilidades de pesquisa a partir da perspectiva teórica aqui adotada, demonstrando como nosso referencial revela-se promissor em relação aos problemas cibernéticos elencados.

CIBERESPAÇO E “CIBERIZAÇÃO”

Visto que o desenvolvimento da Internet e dos demais mecanismos de comunicação mediada por computadores são fenômenos novos, as concepções do ciberespaço diferem em sua complexidade de aproximação. A definição a ser utilizada nesse trabalho é de Choucri (2012) e oferece um panorama que demonstra o ciberespaço de modo complexo, permitindo discernir tanto as camadas infraestruturais (materiais) quanto os múltiplos atores que compõem esse ambiente (relações sociais):

- (1) bases físicas e infraestruturas que permitem o “campo de jogo” cibernético, (2) os blocos de construção lógicos que suportam a plataforma física e permitem serviços, (3) o conteúdo de informação armazenado, transmitido ou transformado, e (4) os atores, entidades e usuários com interesses diversos que participam nessa arena em vários papéis (p. 8, trad. nossa)

Assim, o ciberespaço apresenta-se não apenas enquanto um emaranhado de máquinas em comunicação, mas como um espaço dinâmico no qual a operação do homem no manejo dos pacotes de dados eletrônicos entre essas máquinas é essencial. E apresenta, a partir da década de 1990, uma centralidade econômica crescente, principalmente a partir da popularização do *e-commerce* e de tecnologias de transações bancárias *online*.

Soma-se a esse panorama a crescente centralidade estratégica do mundo cibernético: em 2016 o orçamento do Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (*DHS*, sigla em inglês) contou com US\$ 587,5 milhões exclusivamente para “salvaguardar e proteger” seu ciberespaço (*DHS*, 2016, pp. 5-6). Não devemos esquecer que grande parte das indústrias e infraestruturas críticas são operacionalizadas por computador, por meio dos sistemas de Supervisão de Controle e Aquisição de Dados (*SCADA*).

Nesse sentido, Kremer e Müller (2014a) desenvolvem argumento que aponta para um processo de “ciberização” (*cyberization*) das RRII compreendido pela “penetração de todos os diferentes campos das relações internacionais por diferentes meios do ciberespaço, por um lado, e a crescente dependência dos atores das relações internacionais em infraestrutura, instrumentos e meios oferecidos pelo ciberespaço, por outro lado” (Kremer & Müller, 2014a, p. XI, trad. nossa).

Processo que não é acompanhado pelas teorias de RRII. Autores apontam a necessidade de estabelecer aparatos conceituais adequados ao novo contexto (Choucri, 2012), ou preconizam a necessidade de novos vocabulários e tipologias (Crosston, 2014; Greathouse, 2014). Enquanto Choucri e Goldsmith (2012) demonstram que os estudos sobre ciberespaço padecem de lacunas de três tipos: teoria cibernética, dados empíricos e análise de políticas.

Além disso, se nota que muitos trabalhos cujo objeto de estudo é o ciberespaço recaem ou sob o pano de fundo hegemônico realista, ao discutir somente questões de *Realpolitik* como guerra cibernética, teorias de dissuasão e teorias de securitização, ou recaem sob o viés liberal “transnacional” ao discutir temas relacionados à governança e ampliação de legislação (Manjikian, 2010) perdendo de vista problemas como as clivagens de acesso ao ciberespaço e o desenvolvimento desigual desse ambiente ao redor do globo. É justamente nesse ponto que o presente trabalho pretende oferecer contribuições. Para tal, discutiremos brevemente na próxima seção a primeira parte de nosso referencial teórico.

ESTADO, HEGEMONIA E A “PERSPECTIVA INTERNACIONAL” DE GRAMSCI

Propomos, aqui, as categorias de Gramsci a serem aplicadas ao ciberespaço. Antes de tudo, há que se considerar as advertências no trato de sua obra. O estudo desse autor preconiza uma postura que vise encontrar, antes de conceitos definidos e estáveis, uma aproximação que leve em conta a “forma gramsciana de pensar” (Morton, 2007) assim as “palavras de Gramsci”, principalmente no período carcerário, devem ser entendidas em sua *mobilidade*. Tal entendimento só se obtém a partir de “uma leitura que valorize o caráter fragmentário da obra do marxista sardo, as fontes às quais ele recorre e o tempo de sua produção.” (Bianchi, 2008, p. 173).

Na concepção do Estado moderno encontramos uma das primeiras contribuições úteis ao trabalho aqui proposto. Longe de conceber o Estado “como uma coisa em si, como um absoluto racional” (Gramsci, 1975, Q1§150, p. 133, trad. livre) e em contraposição à aceção liberal de distinção formal entre “sociedade civil” e “Estado”, o sardo propõe uma compreensão do conjunto estatal a partir da posição dialética de uma união-distinção entre “sociedade civil” e “sociedade política”, isto é, uma distinção entre os dois se dá apenas numa mirada metodológica, pois a vida histórica real implica sua relação orgânica.

Assim, com a categoria de “Estado” Gramsci compreende a relação entre os dois “planos superestruturais” dentro dos Estados ocidentais modernos e traz à tona a reflexão – a partir da visão do conceito de hegemonia abaixo especificado – da ação estatal “pelos canais *explicitamente* públicos ou de canais *formalmente* privados” (Liguori, 2017, p. 262), isto é, a sociedade civil cumprindo “funções estatais”.

A categoria de “Estado” resume-se, dessa forma, na célebre síntese “Estado = sociedade política + sociedade civil, hegemonia encorajada de coerção” (Idem, Q6§88, p. 763-764, trad. livre)³. Assim, não se pode pensar o âmbito estatal sem distinguir – metodologicamente – a esfera civil e seus “aparelhos privados da hegemonia” que, ao lado e em conjunto com o próprio aparelho estatal e suas instituições burocrático-repressivas, cumprem a função de expansão da concepção de mundo da classe dirigente, ampliando seu consenso. “A sociedade civil não é, portanto, uma instância do real. Ela é uma das formas da natureza estatal” (Dias, 1996b, p. 113).

A partir disso, pensar o Estado significa pensá-lo em *relação com suas distintas coletividades internas* e não como um bloco monolítico. O que nos leva a discussão da categoria de hegemonia. Central à obra gramsciana, a hegemonia assume diferentes sentidos em sua obra e explicita a capacidade de expansão da visão de mundo de uma classe dirigente para o resto da sociedade.

Mas esse não é um processo unívoco, dado e imóvel. Pelo contrário, o terreno da hegemonia é um terreno de constante embate político, pois é “através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas” que se atinge a compreensão crítica de si mesmo (Q11 §12.IV). Nesse sentido a hegemonia é sempre uma “relação pedagógica” (Q10/II §44) e em sua forma “normal” consenso e força se equilibram de maneiras variadas “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (Gramsci, 2002, Q13§37, p. 95). O que faz considerar, tendo a concepção de Estado acima elaborada, a questão dos aparatos privados de hegemonia, isto é, a mobilização do consenso por meio dos aparatos da sociedade civil “conjunto[s] de ‘organizações assim chamadas privadas’: ‘assim chamadas’, portanto não propriamente privadas” (Liguori, 2017, p. 262).

A teoria da hegemonia permite discernir, portanto, como tais aparelhos privados formam uma “cadeia robusta de fortalezas e casamatas” (Gramsci, 1975, Q7§16, p. 865) cumprindo funções estatais na manutenção da concepção de mundo da classe dirigente. Desse modo, a sociedade civil no invólucro da sociedade política (Q8§130) constitui um sistema de trincheiras (Q7§16; Q13§7, §24) sob a hegemonia da

³ Ou ainda quando afirma, em mesmo caderno, que: “Na política o erro ocorre por uma compreensão incorreta do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, 1975, Q6 §155, pp. 810-1, trad. livre)

classe dirigente fazendo “que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isto, este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico” (Gramsci, 2002, Q8§130, p. 279). Referindo-se, como dissemos, a um processo dinâmico “constantemente construído e constantemente contestado através de diferentes formas de luta de classes” (Morton, 2007, p. 78, trad. livre).

Adicionamos ainda que a obra gramsciana contempla de modo útil aos nossos objetivos a perspectiva internacional. A mirada do autor para a relação entre as esferas “nacionais” e “internacionais” pode contemplar uma postura do nacional enquanto “nodal”, isto é, enquanto ponto de partida e não enquanto referente único (Morton, 2007, pp. 99-102). Em uma série de passagens Gramsci deixa claro essa “consciência internacional” trazendo importantes reflexões acerca da relação (cindida pelo realismo)⁴ entre o âmbito nacional e o internacional (Gramsci, 2002, Q13 §17, p. 42).

Assim, nacional e internacional formam partes de um *todo orgânico* que contempla a própria visão de totalidade presente na tradição marxista, isto é, a unidade orgânica não se dá somente entre nacional e internacional mas entre filosofia, política e história, essa identificação para o sardo “é imanente no materialismo histórico” (Q10/II, §2). Postura essencial no campo da cibersegurança, pois contempla a interpenetração das redes cibernéticas que muitas vezes perpassam a distinção tradicional do nacional e do internacional⁵.

A TEORIA DO DDC

Resta esclarecer a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado (DDC) a ser discernida na obra gramsciana e aplicada ao contexto do ciberespaço. A teoria do DDC tal como proposta por Trotsky (1977) permite compreender a dinâmica espacial do desenvolvimento do capitalismo e o processo de adaptação dos novos estados capitalistas à competição do mercado internacional.

Nesse sentido, a força universalizante do capitalismo engendra um processo que, longe de homogêneo, implica na combinação, nas diferentes seções territoriais do globo, entre o arcaico e o moderno. A visão resultante dessa perspectiva é um globo marcado pelas *diferentes temporalidades*, isto é, em cada Estado – e mesmo dentro de cada Estado, em cada região – as relações sociais capitalistas combinam-se de um modo específico com as relações antecessoras. O padrão gerado é compósito, desigual e, ao mesmo tempo, combinado, pois está submetido, de uma forma ou outra, à mesma lógica capitalista.

O presente artigo dialoga com desenvolvimentos recentes dentro da literatura de teoria das RRII que apontam grandes possibilidades explicativas numa mirada que contemple o DDC e a relação entre capitalismo global e a geopolítica do sistema de Estados e, mais além, do DDC como possibilidade de fundamentação sociológica do “internacional” a partir do conceito de “desenvolvimento social” (Rosenberg, 2010).

Assim, seguindo Morton (2011; 2007) e outros pretendemos relacionar categorias gramscianas com o DDC. Dentro da obra de Gramsci existem apontamentos para sua visão do sistema internacional que

⁴ Dentro do “rótulo” – com funções pedagógicas – de *realismo* encontram-se autores que apresentam perspectivas de cisão entre o nacional e o internacional, nesse sentido, o foco analítico tende a recair no internacional, tendo a lógica do poder e o interesses de agentes políticos do Estado centralidade nas análises (há ressalva: isso não implica numa total desconsideração dos conflitos internos) (PASSOS, 2013a).

⁵ Um dos grandes problemas atuais em relação à internet é a incapacidade de delimitação territorial da mesma, muitas vezes um acesso a partir de determinado país envolve servidores localizados em outros países. A informação flui, portanto, entre as fronteiras de dois ou mais Estados; mas a legislação de A não tem efeito no território de B. Tal panorama impede as delimitações territoriais rígidas presentes em muitas teorias de Relações Internacionais. Para além disso, parece-nos interessante o argumento de Fernandes (2012) que aponta como “todo o facto doméstico sucedido no seio do Estado enquanto entidade soberana pode constituir um facto ou uma ação potencialmente internacionalizável pela sua transposição ou deslocalização do espaço físico para a realidade virtual.” (p. 40)

contempla – assim como para Trotsky – o ponto de partida metodológico do “capitalismo em seu desenvolvimento histórico-mundial condicionado internacionalmente” (Allison & Anievas, 2010, p. 473, trad. livre), como em: “O capitalismo é um fenômeno histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individuais não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo” (Gramsci, 1919 apud Morton, 2007a, p. 1, trad. livre)⁶.

Para os nossos objetivos em relação ao ciberespaço, essa postura teórica revela-se pertinente para analisar as desigualdades do mundo *cyber* em relação ao seu desenvolvimento. Isto é, pretende-se aqui demonstrar com as questões de cibersegurança devem ser pensadas em relação às temporalidades uma vez que o próprio ciberespaço não é homogêneo, pelo contrário, a “grande aldeia global” secciona-se em diversos níveis e padrões de acesso, que se reproduzem tanto entre os estados quanto dentro dos próprios estados, entre as diversas seções territoriais e classes sociais.

CONCLUSÃO: EM BUSCA DE UMA NOVA MIRADA PARA A CIBERSEGURANÇA

Tendo por hipótese uma possibilidade de adequação das categorias gramscianas ao debate da cibersegurança esse trabalho é consciente das dificuldades do emprego de um autor como Gramsci para lidar com um objeto de estudo tão intangível e distante do seu contexto cultural. Todavia, partindo dos próprios recursos metodológicos que Gramsci deixou nos *Quaderni*, apontamos que a discussão da categoria de “tradução” pode auxiliar numa postura de cuidado metodológico, a fim de evitar ecletismos ou empregos equivocados de categorias.

A tradução consiste numa postura que contemple, ao tomarem-se conceitos de tradições intelectuais distintas, um cuidado com o contexto histórico e com a ressignificação dos mesmos (Passos, 2013b), a fim de evitar o problema teórico do ecletismo (Passos, 2014). Gramsci empregou a tradução nos *Quaderni*, por exemplo, em sua relação com o filósofo Benedetto Croce, do qual extrai o conceito de “história ético-política” e, após uma crítica ao seu caráter especulativo, ressignifica-o dentro de sua teoria da hegemonia. Isso implica que para Gramsci a tradução “trata-se não apenas da tradução entre línguas naturais, como também de tradução entre paradigmas e suas linguagens” (Boothman, 2017, p. 781).

Tal consideração remete à discussão do historicismo da obra gramsciana que objetiva a “aplicação e ressignificação de suas categorias para outros tempos e particularidades históricas” de modo que “[e]ste é o sentido da tradução das categorias gramscianas, bem como a incorporação de modo histórico, ressignificado e não eclético de outras fontes para o seu marxismo” (Passos, 2014, p. 109), em consonância com a constante transformação histórica da própria realidade.

Dessa forma, não procuramos aqui uma aplicação mecânica ou uma reiteração *fac simile* do que propõe Gramsci. Até porque o mundo de Gramsci ainda era um mundo analógico. Porém, não podemos negar a ressonância das ideias do prisioneiro de Mussolini. Procuramos, seguindo seu próprio conselho, observar no ritmo de suas ideias uma originalidade teórica que fornece *insights* interpretativos possíveis também ao mundo digital.

Nesse sentido, uma tradução gramsciana dessa temática deve começar em demonstrar como a unidade orgânica entre Estado e sociedade civil modificam a compreensão da cibersegurança, implicando num panorama diverso daqueles que propõem o ciberespaço como essencialmente ligado ao âmbito da

⁶ São ainda exemplos: “Deve-se levar ainda em conta que estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando **novas combinações originais e historicamente concretas.**” (GRAMSCI, 2002, Q13§17, p. 42, grifo nosso); “Como [...] a situação internacional deve ser considerada em seu aspecto nacional. Realmente, a **relação ‘nacional’ é o resultado de uma combinação ‘original’ única** (em certo sentido), **que deve ser compreendida e concebida nesta originalidade e unicidade** se se quer dominá-la e dirigi-la” (Idem, Q14§68, p. 314, grifo nosso).

sociedade civil; perspectiva teórica essencial para compreender como, por exemplo, 98% das informações militares do Estado norte-americano fluem por meio das redes civis no ciberespaço (GREATHOUSE, 2014).

Para além disso, deve-se recolocar a discussão dos referenciais da cibersegurança a partir das classes e dos grupos subalternos, visão coerente com as ideias gramscianas, na persecução de uma nova hegemonia; a partir disso as questões da cibersegurança devem ser entendidas criticamente, com uma visão que contemple o movimento, especificando que *a segurança de uns implica na insegurança de outros*, isto é, apontando que as medidas de segurança no ciberespaço implicam na insegurança (violação da privacidade e espionagem, por exemplo) de outra parte do mesmo processo cujas unidades de referência, reiteramos, devem ser as classes e grupos sociais.

As possibilidades teóricas não param aqui. Nosso referencial é capaz de especificar a não homogeneidade do ciberespaço, isto é, especificar como as questões de cibersegurança devem pensar o ciberespaço como um ambiente desigual: a rede possui pontos de extrema conectividade e pontos de semi-isolamento o que, para além da divisão corriqueira entre a *“surface web”* e a *“deep web”* implica pensar na conectividade de locais mais desenvolvidos e menos desenvolvidos e, além disso, coadunar com as descobertas mais recentes sobre análise da *“black web”* (parte mais profunda e anônima do ciberespaço) onde pesquisadores apontam que a “rede” se pensa melhor como “arquipélago” (GRIFFITH; XU; RATTI, 2017).

Isso significa que as múltiplas temporalidades e os diferentes estágios de desenvolvimento dentro desse ambiente são, todavia, combinados dentro de uma “rede global” que conecta tais temporalidades num único sentido que, por sua vez, *carrega uma hegemonia*. Um berbere do Marrocos, um estadunidense no Vale do Silício e um chinês sob o *“Grande Firewall”* conectam-se ao ciberespaço a partir de diferentes infraestruturas e padrões de acesso.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, J. C.; ANIEVAS, A. The uneven and combined development of the Meiji Restoration. *Capital & Class*, v. 34, pp. 469-490, 2010.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOOTHMAN, D. Tradução. In: LIGUORI, G & VOZA, P (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 779-772.
- CHOUCRI, N. *Cyberpolitics*. Cambridge/Londres: The MIT Press, 2012.
- CHOUCRI, N.; GOLDSMITH, D. Lost in cyberspace: Harnessing the Internet, international relations and global security. *Bulletin of the Atomic Scientists*, v. 68, n. 2, pp. 70-77, 2012.
- CROSTON, M. Phreak the Speak: The Flawed Communications within Cyber Intelligentsia, 2014. In: KREMER, J; MÜLLER, B. (edit). *Cyberspace and International Relations*, 2014a, pp. 253-268.
- DHS – U.S. Department of Homeland Security. *Budget-in-Brief Fiscal Year 2016*. Disponível em: <www.dhs.gov>. Acesso em: 26 set. 2017.
- DIAS, E. F. et al. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- DIAS, E. F. Hegemonia: racionalidade que se faz história, 1996a. In: DIAS, E. F. et al. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Editora Xamã, 1996, pp. 09-80.
- _____. Sobre a leitura dos textos gramscianos, 1996b. In: DIAS, E. F. et al. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Editora Xamã, 1996, pp. 105-122.
- FERNANDES, J. P. T. Utopia, Liberdade e Soberania no Ciberespaço. In: *NAÇÃO E DEFESA*, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, n. 133 – 5ª série, 2012, pp. 11-31.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- GREATHOUSE, C. B. Cyber War and Strategic Thought: Do the Classic Theorists Still Matter? 2014. In: KREMER, J; MÜLLER, B. (edit). *Cyberspace and International Relations*, 2014, pp. 21-40.
- GRIFFITH, V.; XU, Y.; RATTI, C. *Graph Theoretic Properties of the Darkweb*. arXiv: 1704.07525v2 [cs.CR]. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1704.07525>> Acesso em: 26 de abr de 2017.
- GUIMARÃES JR, M. J. L. O ciberespaço como Cenário para as Ciências Sociais. *ILHA*, Florianópolis, n. 1, pp. 139-154, 2000;
- KREMER, J; MÜLLER, B. (edit). *Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges*. Berlin Heidelberg: Springer, 2014a.
- _____. A Framework to Understand Emerging Challenges to States in an Interconnected World, 2014b. In: _____ . *Cyberspace and International Relations*, 2014a, pp. 41-58.
- LIGUORI, G. & VOZA, P. (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIGUORI, G. Hegemonia. In: _____ . *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, pp. 365-368, 2017.
- MANJIKIAN, M. Mc E. From global village to virtual battlespace: the colonizing of the Internet and the extension of Realpolitik. *International Studies Quarterly*, n 54, pp. 381-401, 2010.
- MARTINS, M. Ciberespaço: uma Nova Realidade para a Segurança Internacional. In: *NAÇÃO E DEFESA*, Lisboa: IDN, n. 133 – 5ª série, 2012, pp. 32-49.
- MORTON, A. D. *Revolution and state in modern Mexico*. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2011.
- _____. *Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*. Londres: Pluto Press, 2007a.
- PASSOS, R. D. F. Breves notas sobre a recepção das idéias maquiavelianas no pensamento militar e na Teoria das Relações Internacionais. *Tempo da Ciência*, 2013a, p. 27-39.
- _____. Hegemonia Internacional no Século XXI em Perspectiva Gramsciana: um Esboço sobre o Papel Dirigente das Classes e Grupos Sociais, 2014. In: In: PASSOS, R. D. F et al. *Relações internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas*. Marília: Universitária, 2014, pp. 93-112.
- _____. GRAMSCI E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. *Novos Rumos*, v. 50, n. 2, 2013b.
- ROSENBERG, J. Basic problems in the theory of uneven and combined development. Part II: unevenness and political multiplicity, *Cambridge Review of International Affairs*, n. 23, v.1, pp. 165-189, 2010.
- _____. International relations in the prison of Political Science. Universidade de Sussex, Brighton – Reino Unido, 2016.
- TROTSKY, L. *A história da Revolução russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- World Internet Usage. *CIA World Factbook*, 2016.

